

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2017.
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preço.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, com sede na Rua São Luiz, 210 nesta, representado por seu Prefeito, **VILMAR SCHMAEDECKE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, **Registro de Preço**, do tipo Menor preço por item, no regime de contratação de preços unitário, para **Aquisição de peças, óleos lubrificantes e serviços de mão de obra para bomba injetora**, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei Federal nº. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações, Lei Geral nº123/2006, Lei Complementar 147/2014, e Decreto Municipal nº. 105/2014.

Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia 10/08/2017 até às 08:15 horas, os quais deverão ser entregues na Sala de Licitações e Contratos.

O início da sessão publica ocorrerá às 09:00 horas, do dia da entrega dos envelopes.

1. DO OBJETO

1.1 – Registro de preço para aquisição de peças, óleos lubrificantes e serviços de mão de obra para bomba injetora, nas quantidades estimadas, para entrega no período de 12 meses, conforme requisição das Secretarias, conforme itens, quantidades e valores máximos, abaixo:

Item	Qtd	Und.	Descrição	Valor Referência Un. Máximo	Valor Referência Total Máximo
01	04	Und.	Terminal de direção 335172 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	118,89	475,56
02	08	Und.	Pivô CWBI 150764 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	132,00	1.056,00
03	04	Und.	Filtro de ar ARS-1013 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	70,05	280,20
04	04	Und.	Filtro de combustível PE-3023 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	75,50	302,00
05	04	Und.	Filtro de óleo PSL-156 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	89,90	359,60
06	04	Und.	Disco de freio BD-4681 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	162,00	648,00
07	04	Und.	Jogo de pastilha de freio traseira QH-2234 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	102,08	408,32
08	04	Und.	Jogo de pastilha de freio dianteira P-498A do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	146,00	584,00
09	01	Und.	Bloco interruptor multi funções 6554-LJ do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	999,00	999,00
10	04	Und.	Rolamento da roda dianteira WB-498448 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	198,20	792,80
11	04	Und.	Jogo de pastilha de freio PD-88 do veículo Doblo Essence 1.8.	76,00	304,00

12	04	Und.	Palheta do limpador traseiro 14E do veículo Doblo Essence 1.8.	44,30	177,20
13	04	Und.	Jogo de palheta do limpador dianteiro 323 do veículo Doblo Essence 1.8.	60,65	242,60
14	06	Und.	Filtro de ar ARS-1029 do veículo Doblo Essence 1.8.	62,45	374,70
15	06	Und.	Filtro de combustível do veículo Doblo Essence 1.8.	30,87	185,22
16	06	Und.	Filtro do ar condicionado ACP-131 do veículo Doblo Essence 1.8.	17,35	104,10
17	04	Und.	Jogo de pastilha de freio PD-68 do veículo Doblo Essence 1.8.	29,95	119,80
18	04	Und.	Barra de direção lateral do veículo Doblo Essence 1.8.	84,00	336,00
19	04	Und.	Biele ta da barra estabilizadora do veículo Doblo Essence 1.8.	58,00	232,00
20	04	Und.	Correia comando 40956x22xS do veículo Doblo Essence 1.8.	60,12	240,48
21	04	Und.	Coxim do escape do veículo Doblo Essence 1.8.	15,00	60,00
22	04	Und.	Jogo de sapata de freio traseiro F1/136-CP do veículo Doblo Essence 1.8.	165,67	626,68
23	04	Und.	Terminal de direção lado direito PD-5028 do veículo Doblo Essence 1.8.	76,45	305,80
24	04	Und.	Terminal de direção lado esquerdo PD- 5029 do veículo Doblo Essence 1.8.	76,45	305,80
25	04	Und.	Válvula termostática VT313.92 do veículo Doblo Essence 1.8.	76,30	305,20
26	04	Und.	Pivo direção VKD4275 do veículo Doblo Essence 1.8.	85,00	340,00
27	04	Und.	Filtro de combustível 72/2-VW/FORD.	19,15	76,60
28	04	Und.	Filtro de combustível PSC410-VW/FORD.	43,62	174,48
29	04	Und.	Coxim traseiro do motor R-621-VW/FORD.	105,00	420,00
30	04	Und.	Reparo de válvula relê I83277-VW/FORD.	33,35	133,40
31	04	Und.	Cabo do velocímetro do ônibus 1313/1318-3300MM.	46,80	187,20
32	02	Und.	Cabo múltiplas funções do sistema de aceleração 331484.	312,25	624,50
33	04	Und.	Kit barra estabilizadora dianteira da pick-up Strada 131391.	28,00	112,00
34	02	Und.	Espelho retrovisor externo LD/LE da pick-up Strada.	165,00	330,00
35	06	Und.	Disco de freio BD-5056 da pick-up Strada e Doblo.	63,25	379,50
36	04	Und.	Filtro de combustível GI41.	25,97	103,88
37	04	Und.	Filtro de óleo PSL-55 da pick-up Strada e Granlivina.	20,97	83,88
38	04	Und.	Filtro de ar ARL-4150.	21,75	87,00
39	04	Und.	Bucha de bandeja dianteira da parte frontal.	27,00	108,00
40	04	Und.	Mancal suspensão traseira L.E da pick-up Strada.	85,00	340,00
41	04	Und.	Mancal suspensão traseira L.D da pick-up Strada.	75,00	300,00
42	04	Und.	Rolamento cubo dianteiro da pick-up Strada.	108,90	435,60
43	04	Und.	Articulador axial da pick-up Strada.	60,50	242,00
44	04	Und.	Kit batente e coifa amortecedor dianteiro da pick-up Strada.	89,10	356,40
45	04	Und.	Coxim amortecedor dianteiro da pick-up Strada.	92,22	368,88
46	04	Und.	Amortecedor dianteiro da pick-up Strada.	223,12	892,48
47	02	Und.	Amortecedor traseiro da pick-up Strada.	209,82	419,64
48	04	Und.	Filtro de ar ARL-1654 Grandlivina.	48,30	193,20

49	04	JG.	Jogo de pastilha PD-672 Grandlivina.	140,00	560,00
50	04	JG.	Jogo de sapata de freio NS5043 Grandlivina.	181,37	725,48
51	04	Und.	Filtro de combustível G150/7.	24,97	99,88
52	04	Und.	Filtro 119474 da Retro Escavadeira Caterpillar 416 E.	64,77	259,08
53	06	Und.	Filtro 1261817 da Retro Escavadeira Caterpillar 416 E.	232,00	1392,00
54	04	Und.	Articulac 2043080 da Retro Escavadeira Caterpillar 416 E.	134,07	536,28
55	01	Und.	Para lama L.D com gaveta da Retro Escavadeira Caterpillar 416 E.	1.337,62	1.337,62
56	01	Und.	Para lama L.E com gaveta da Retro Escavadeira Caterpillar 416 E.	922,67	922,67
57	04	Und.	Filtro da transmissão da Moto niveladora Combate 170 HP.	65,00	260,00
58	03	Und.	Cabo do acelerador, com freio motor do Micro Ônibus Volare.	310,00	930,00
59	06	Und.	Bateria de 60 amperes, selada, sem reposição de água, primeira linha, com visor indicativo de carga.	325,00	1.950,00
60	02	Und.	Cabo do acelerador para retro escavadeira JCB 3C PLUS.	390,00	780,00
61	02	Und.	Filtro de transmissão para retro escavadeira JCB 3C PLUS.	65,00	130,00
62	02	Und.	Filtro de AR primário para retro escavadeira JCB 3C PLUS.	232,00	464,00
63	02	Und.	Filtro de AR secundário para retro escavadeira JCB 3C PLUS.	280,00	560,00
64	02	Und.	Placa deslizante para Moto Niveladora CATERPILAR 120K.	95,00	190,00
65	01	Und.	Pinhão de giro para Moto Niveladora CATERPILAR 120K.	1.900,00	1.900,00
66	06	Und.	Filtro de combustível para Moto Niveladora CATERPILAR 120K.	112,00	672,00
67	06	Und.	Filtro lubrificante para Moto Niveladora CATERPILAR 120K.	90,00	540,00
68	02	Und.	Tampa L00349 para carregadeira W-18.	226,00	452,00
69	06	Und.	Filtro L104990 para carregadeira W-18.	125,00	750,00
70	04	Und.	Anel O A7552 para carregadeira W-18.	9,00	36,00
71	02	Und.	Jogo de reparo do levante G110052 para carregadeira W-18.	176,00	352,00
72	08	Und.	Jogo de reparo inclinação G109423 para carregadeira W-18.	59,10	472,80
73	08	Und.	Jogo de sapata/lona D77519 para carregadeira W-18.	61,41	491,28
74	02	Und.	Cilindro mestre C- 2080 para o veículo Ducato.	263,31	526,62
75	06	Und.	Rolamento do alternador 19009053376 para caminhões/ônibus Mercedes Bens.	53,12	318,72
76	06	Und.	Rolamento do alternador 6201 RS para caminhões/ônibus Mercedes Bens.	16,75	100,50
77	06	Und.	Rolamento do alternador 6303 2RS para caminhões/ônibus Mercedes Bens.	18,47	110,82
78	03	Und.	Porta escovas BO115 para caminhões/ônibus Mercedes Bens.	28,00	84,00
79	02	Und.	Mancal do alternador MBB3111 para caminhões/ônibus	95,00	190,00

			Mercedes Bens.		
80	06	Und.	Relê temporizador do para-brisa DNI0822 para caminhões/ônibus 24V.	56,00	336,00
81	03	Und.	Conjunto retificador 0541 para caminhões/ônibus Mercedes Bens.	139,00	417,00
82	02	Und.	Regulador de voltagem FOOMA4506 para veículos Ducato/Boxer.	220,00	440,00
83	03	Und.	Mancal do alternador FOOM 136244 para caminhões/ônibus Mercedes Bens, VW e Ford.	145,00	435,00
84	02	Und.	Kit embreagem 619.3015 para veículo Strada.	385,37	770,74
85	40	Und.	Parafuso do cardã para caminhões/ônibus Mercedes Bens.	5,89	235,60
86	10	Und.	Bucha estabilizadora R1201 para caminhões VW e Ford.	25,72	257,20
87	05	Und.	Bucha estabilizadora R-636 para caminhões VW e Ford.	37,47	187,35
88	10	Und.	Bucha estabilizadora R-603 para caminhões VW e Ford.	18,62	186,20
89	10	Und.	Grampo de mola 18X82X60 dianteira para caminhões/ônibus Mercedes Bens.	63,00	630,00
90	10	Und.	Grampo de molas 3/4X82X260 traseira para caminhões/ônibus Mercedes Bens.	75,00	750,00
91	02	Und.	Vidro vigia FCA8450 para caminhão Ford Cargo	145,00	290,00
92	01	Und.	Duto do filtro de AR 87HU9K614CA para caminhão Ford Cargo.	570,00	570,00
93	04	Und.	Correia multifuncional 8PK2225 para Micro-ônibus Volare.	108,55	434,20
94	02	Und.	Cabo de vela STV25 para veículo Gol.	159,00	318,00
95	08	Und.	Vela BKR7ESBD para veículo Gol.	20,95	167,60
96	04	Und.	Filtro de óleo PSL560 para veículo Gol.	22,45	89,80
97	04	Und.	Filtro de AR ARL 6096 para veículo Gol.	23,60	94,40
98	04	Und.	Filtro de combustível G112/7 para veículo Gol.	24,50	98,00
99	02	Und.	Bobina de ignição 30614 para veículo Gol.	330,00	660,00
100	04	Und.	Filtro de óleo PSL619 para veículo Corsa.	19,37	77,48
101	04	Und.	Filtro de Ar ARL8832 para veículo Corsa.	20,87	83,48
102	02	Und.	Filtro de AR condicionado L11 para veículo Corsa.	26,65	53,30
103	04	Und.	Filtro de combustível K582 para veículo Corsa.	18,50	74,00
104	02	Und.	Jogo de cabo de velas SCGM-012 para veículo Corsa.	89,50	179,00
105	08	Und.	Vela BR8ES-D para veículo Corsa.	16,25	130,00
106	01	Und.	Bomba de combustível WB022 para veículo Corsa.	174,75	174,75
107	01	Und.	Bobina de ignição VCH201 para veículo Corsa.	203,00	203,00
108	04	Und.	Filtro PSL 280.	48,55	194,20
109	04	Und.	Filtro de água PSA 331 para caminhões VW e Ford.	53,25	213,00
110	08	Und.	Rolamento do cubo traseiro interno MBB 33019	195,65	1.565,20
111	06	Und.	Rolamento do cubo traseiro externo MBB 33215	209,30	1255,80
112	08	Und.	Retentor cubo traseiro MBB freio ar 1884	30,97	247,76
113	08	Und.	Mola mestre dianteira 1513 MB11.1	389,00	3.112,00
114	10	Und.	Mola dianteira 2° MB 11.2	351,00	3.510,00
115	15	Und.	Grampo de mola dianteiro MBB 18X82X260	63,00	945,00
116	16	Und.	Grampo de mola traseiro MBB 3/4X82X420	75,00	1.200,00
117	04	Und.	Coxim traseiro da cabine TJG 899397, para o caminhão Cargo 2422, ano 19994 modelo 1995 e Wolks.	88,30	353,20
118	04	Und.	Coxim dianteiro da cabine TJG 899607, para o caminhão	92,67	370,68

			Cargo 2422, ano 19994 modelo 1995 e Wolks.		
119	06	Und.	Terminal para barra de ligação rosca fina LE FORD/VW, para o caminhão Cargo 2422, ano 1994 modelo 1995.	158,12	948,72
120	06	Und.	Terminal para barra de ligação rosca fina LD FORD/VW, para o caminhão Cargo 2422, ano 1994 modelo 1995.	179,50	1.077,00
121	03	Und.	Barra de direção V/W/CARGO (945mm), para o caminhão Cargo 2422, ano 19994 modelo 1995.	583,50	1.750,50
122	06	Und.	Cruzeta, para o caminhão Cargo 2422, ano 1994 modelo 1995.	174,10	1.044,60
123	10	Und.	Bucha de mola dianteira, para o caminhão Cargo 2422, ano 1994 modelo 1995.	29,15	291,50
124	10	Und.	Pino de mola dianteiro (longo), para o caminhão Cargo 2422, ano 1994 modelo 1995.	24,03	240,30
125	10	Und.	Pino de mola dianteiro parte de traz, (curto), para o caminhão Cargo 2422, ano 1994 modelo 1995.	22,90	229,00
126	10	Und.	Mola 2° truck VW-FD MB (90X17,50X1600mm)	385,00	3.850,00
127	10	Und.	Mola mestre 16170/16170 BT, para o caminhão Cargo 2422, ano 1994 modelo 1995.	394,00	3.940,00
128	01	Und.	Tubo estabilizador para retro escavadeira Caterpillar 416E.	1.030,00	1.030,00
129	03	Und.	Embolo do tubo estabilizador para retro escavadeira Caterpillar 416E.	290,00	870,00
130	02	Und.	Tubo motor 795 – MBB1513.	90,00	180,00
131	02	Und.	Tubo intermediário 781T MBB 1513.	70,00	140,00
132	02	Und.	Tubo terminal 794B – MBB 1513.	80,00	160,00
133	01	Und.	Silencioso 12029 – MBB 1513.	315,00	315,00
134	02	Und.	Farol lado esquerdo 99200246 – Volare.	390,00	780,00
135	02	Und.	Farol lado direito 99200245 – Volare.	390,00	780,00
136	20	Mts	Mangueira 25 mm SAE 100R12	79,28	1.585,60
137	08	Und.	Capa de Mangueira 20 mm	18,00	144,00
138	08	Und.	Conexão reta da mangueira 20 mm	40,00	320,00
139	08	Und.	Conexão curva da mangueira 20mm	58,00	464,00
140	01	Und.	Coroa Distribuidor esterco seco - ISOL	1.680,00	1.680,00
141	01	Und.	Tampa caixa Eixo sem fim.	370,00	370,00
142	18	Mets	Mangueira do distribuidor de esterco liquido 100 mm	67,00	1.206,00
143	02	Und.	Chapéu distribuidor de esterco liquido.	370,00	740,00
144	02	Und.	Engate da mangueira distribuidor de esterco liquida.	220,00	440
145	02	Und.	Pastilha de Freio Dianteira do veiculo Fiat/ Ducato 2014/2014	180,00	360,00
146	02	Und.	Pastilha de Freio traseira do Veiculo Fiat/Ducato 2014/2014	112,45	224,90
147	02	Und.	Disco de Freio traseiro do Veiculo Fiat/Ducato 2014/2014	78,20	156,40
148	02	Und.	Disco de Freio Dianteiro do Veiculo Fiat/Ducato 2014/2014.	157,00	314,00
149	06	Und.	Adaptador Da mangueira estabilizadora – 1620.0002 (Retro JCB. 3CPLUS).	24,00	144,00
150	06	Und.	Adaptador Da mangueira estabilizadora – 816.90009 (Retro JCB. 3CPLUS).	40,00	240,00
151	06	Und.	Adaptador Da mangueira estabilizadora – 816.90775 (Retro JCB. 3CPLUS).	60,00	360,00
152	20	Und.	Conexão para mangueira hidráulica 100FB	28,00	560,00

153	20	Metros	Mangueira 518-4 trama	213,00	4.260,00
154	20	Und.	Conexão Hidráulica da mangueira 100. FO-10.10	30,00	600,00
155	01	Und.	Manga de eixo do Ônibus 16-21 ano e modelo 1999/1999	3.520,00	3.520,00
156	01	Und.	Jogo embuchamento do ônibus 16-21 completo Dianteiro do Eixo.	489,50	489,50
157	04	Und.	Bucha Dianteira amortecedor M.B.B Dianteira	11,40	45,60
158	04	Und.	Bucha Amortecedor traseiro do Volare V8 ano/modelo 2011/2012	12,25	49,00
159	06	Und.	Bucha estabilizadora do Volare V8 2011/2012	15,00	90,00
160	02	Und.	Válvula do pedal K020264.	705,00	1.410,00
161	01	Und.	Semi - eixo Traseiro do Micro - Ônibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	498,00	498,00
162	02	Und.	Rolamento 39590/20 do Micro - Ônibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	129,00	258,00
163	02	Und.	Rolamento 506849/10 do Micro - Ônibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	136,50	273,00
164	04	Und.	Retentor cubo do Micro - Ônibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	32,75	131,00
165	04	Und.	Porca cubo do Micro - Ônibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	50,50	202,00
166	08	Und.	Aranha trava do Micro - Ônibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	7,00	56,00
167	18	Und.	Bico injetor para bomba Bosch	165,00	2.970,00
168	12	Und.	Bico injetor para bomba Delphi	82,00	984,00
169	12	Und.	Unidade injetora	1.450,00	17.400,00
170	12	Und.	Bico injetor eletrônico para bomba Bosch	225,00	2.700,00
171	01	Und.	Reparo para bomba Bosch	825,00	825,00
172	01	Und.	Kit reparo para bomba VE	1080,00	1.080,00
173	01	Und.	Kit reparo para bomba alta pressão	432,00	432,00
174	01	Und.	Reparo para bomba alta pressão	412,00	412,00
175	06	Und.	Bomba alimentadora para bomba Bosch	208,00	1.248,00
176	10	Und.	Retentor para bomba Bosch	35,00	350,00
177	24	Und.	Reparo porta injetora para bomba Bosch	62,00	1.488,00
178	24	Und.	Reparo porta injetora para bomba Delphi	57,00	1.368,00
179	06	Und.	Válvula reguladora para bomba VE	172,00	1.032,00
180	06	Und.	Pistão do avanço para bomba VE	242,00	1.452,00
181	02	Und.	Corpo distribuidor para bomba VE	1.030,00	2.060,00
182	03	Und.	Cabeçote hidráulico para bomba Delphi	760,00	2.280,00
183	01	Und.	Unidade medidora	732,00	732,00
184	01	Und.	Válvula pressão de combustível	570,00	570,00
185	01	Und.	Bujão para Bomba VE	106,00	106,00
186	06	Und.	Chapa de vedação maior	15,80	94,80
187	06	Und.	Chapa de vedação menor	18,00	108,00
188	06	Und.	Bujão rosqueado	56,00	336,00
189	36	Und.	Arruela de bico	4,00	144,00
190	04	Und.	Eixo do acelerador para Bomba VE	308,00	1.232,00
191	06	Und.	Eixo do acelerador para Bomba Delphi	61,00	366,00
192	06	Und.	Válvula de retorno	87,00	522,00
193	15	Horas	Mão de Obra para Bomba alta Pressão	540,00	8.100,00

194	15	Horas	Mão de Obra para Bomba Injetora Delphi	320,00	4.800,00
195	15	Horas	Mão de Obra para Bomba VE	420,00	6.300,00
196	30	Horas	Remoção/Instalação qualquer bomba	180,00	5.400,00
197	01	Und.	Barra de Direção Volare ANO/MODELO 2012/2012	460,00	460,00
198	04	Und.	Relógio Indicador de Temperatura	89,00	356,00
199	02	Und.	Fechadura da Cabina Cargo	103,00	206,00
200	04	Und.	Kit trambulador Cargo	79,00	316,00
201	04	Und.	Filtro do óleo do veículo Renault/Logan EXP 16 HP Ano/Modelo 2012/2013	36,00	144,00
202	04	Und.	Filtro de ar do veículo Renault/Logan EXP 16 HP Ano/Modelo 2012/2013	69,00	276,00
203	04	Und.	Filtro do combustível do veículo Renault/Logan EXP 16 HP Ano/Modelo 2012/2013	22,00	88,00
204	20	Galão	Galão de ARLA 32 fabricado por empresas com ISO 9001 e ISO 14001, contendo 20 litros .	51,00	1.020,00
205	10	Balde	Óleo Lubrificante SAE 30 TO-4 fabricado por empresas com ISO 9001 e ISO 14001, contendo 20 litros.	529,80	5.298,00
206	10	Balde	Óleo Lubrificante SAE 10W Advance, fabricado por empresas com ISO 9001 e ISO 14001, contendo 20 litros.	410,20	4.102,00
207	06	Balde	Óleo genuíno, de 1ª linha, para eixo, diferencial e freios úmidos a banho de óleo tipo TDH, para equipamentos JCB, contendo 20 litros.	416,20	2.497,20
208	06	Balde	Óleo genuíno para transmissão, moto niveladora Caterpillar SAE 50 TDTO TO4, contendo 20 litros, de 1ª linha	431,00	2.586,00
209	20	Balde	Óleo lubrificante, de 1ª linha, para hidráulico automotivo, SAE 68 com especificações ISO HH, fabricado por empresa que possui ISO 9001 e ISO 14001, contendo 20 litros.	199,00	3.980,00
210	50	Balde	Óleo lubrificante, de 1ª linha, para motores diesel, SAE 15W40 com especificações API CI-4, CUMMINS CES 20078 e MB 228.3, fabricado por empresas com ISO 9001 e ISO 14001, contendo 20 litros.	269,00	13.450,00
211	08	Balde	Óleo 1º linha para transmissão automática ATF tipo A, sufixo A, com classificação Allison C-3 ou C-4, fabricado por empresas com ISO 9001 e ISO 14001, contendo 20 litros.	324,00	2.592,00
212	17	Balde	Óleo lubrificante, de 1ª linha, para tração dianteira e traseira, 85W140 com especificações API GL-5, e MIL-L-2105, fabricado por empresas com ISO 9001 e ISO 14001, contendo 20 litros.	264,00	4.488,00
213	14	Balde	Óleo lubrificante, de 1ª linha, para tração dianteira e traseira, SAE 90 com especificações API GL 5, fabricado por empresas com ISO 089001 e ISO 14001, contendo 20 litros.	253,00	3.542,00
214	240	Litro	Óleo lubrificante de 1ª linha, para motor gasolina/álcool/GNV, sintético 5W30 com especificação API SL e FORD WSS-M2C913B, fabricado por empresas com ISO 9001 e ISO 14001, contendo 1 litro.	32,00	7.680,00
215	100	Litro	Óleo lubrificante de 1ª linha, para motor diesel, sintético	49,00	4.900,00

			5W30, fabricado por empresas com ISO 9001 e ISO 14001, contendo 1 litro.		
216	70	Litro	Óleo lubrificante de 1ª linha, para motor gasolina/álcool/GNV, semissintético 15W40 com especificação API SL, fabricado por empresas com ISO 9001 e ISO 14001, contendo 1 litro.	23,00	1.610,00
217	07	Balde	Óleo lubrificante, de 1ª linha, para motor diesel alta quilometragem, 25W60 com especificação API CH-4, fabricado por empresas com ISO 9001 e ISO 14001, contendo 20 litros.	316,00	2.212,00
218	12	Litro	Óleo lubrificante, de 1ª linha, para transmissão SAE 80W com especificação API GL 4, ACEA, fabricado por empresas com ISO 9001 e ISO 14001, contendo 01 litros.	22,00	264,00
219	02	Und.	Graxa automotiva de 1ª linha, para lubrificação de múltipla aplicação, contendo 3% de bissulfeto de molibdênio N°2, NGLI, com especificação mínima de temperatura gota 180°, com penetração manipulada de 265mm/10, fabricado por empresas com ISO 9001 e ISSO 14001B balde contendo 170 Kg.	4.030,00	8.060,00
220	80	Und.	Fluido para freio, de 1ª linha, com especificações NBR 9292 tipo 3, SAE J1703- FMVSS n°116 DOT-3, com ponto de ebulição acima de 205°C, contendo 500 ml.	13,50	1.080,00
221	80	Und.	Fluido para freio, de 1ª linha, com especificações NBR 9292 tipo 4, FMVSS n°116 DOT-4, com ponto de ebulição acima de 230°C, contendo 500 ml.	16,50	1.320,00
222	200	Litro	Aditivo de Radiador, de 1ª linha, com composição de fluido anti-fervura (+163°C), anti congelamento (-33°C), anti-ferrugem (- sódio), lubrificante e monoetilenoglicol, 1 litro.	27,00	5.400,00
223	50	Litro	Água desmineralizada, de 1ª linha, para Baterias com manutenção, 1 litro.	15,00	750,00
224	04	Und.	Palheta Dianteira do veículo NISSAN/GRAND LIVINA 18SL ANO/MODELO 2011/2012.	95,00	380,00
225	02	Und.	Palheta Traseira do veículo NISSAN/GRAND LIVINA 18SL ANO/MODELO 2011/2012.	45,00	90,00
226	08	Und.	Velas Ignição do veículo NISSAN/GRAND LIVINA 18SL ANO/MODELO 2011/2012.	86,00	688,00
227	01	Und.	Ventoinha do veículo NISSAN/GRAND LIVINA 18SL ANO/MODELO 2011/2012.	1.369,30	1.369,30
228	01	Und.	Radiador do veículo NISSAN/GRAND LIVINA 18SL ANO/MODELO 2011/2012.	1.192,34	1.192,34
229	01	Und.	Bobina de ignição do veículo NISSAN/GRAND LIVINA 18SL ANO/MODELO 2011/2012.	633,98	633,98
230	02	JG.	Lona de Freio Traseiro do veículo NISSAN/GRAND LIVINA 18SL ANO/MODELO 2011/2012.	716,62	1.433,24
231	02	Und.	Amortecedor Dianteiro do veículo NISSAN/GRAND LIVINA 18SL ANO/MODELO 2011/2012.	286,00	572,00
232	02	Und.	Amortecedor Traseiro do veículo NISSAN/GRAND LIVINA 18SL ANO/MODELO 2011/2012.	177,00	354,00
233	04	Und.	Luva Cardan MBB 1313/1513	525,00	2.100,00

234	04	Und.	Flange Cardan MBB 1313/1513	212,00	848,00
235	04	Und.	Ponteira Cardan MBB 1313/1513	310,00	1.240,00
236	06	Und.	Embuchamento eixo MBB 1313/1513	425,00	2.550,00
237	06	Und.	Embuchamento eixo Volare	289,00	1.734,00
238	03	Und.	Luva Cardan Cargo 2422	765,00	2.295,00
239	03	Und.	Ponteira Cardan Cargo 2422	655,00	1.965,00
240	03	Und.	Embuchamento eixo cargo 2422	575,00	1.725,00
241	15	mts	Para – Barro 1metro X 0,60 cm	78,00	1.170,00
242	02	Und.	Válvula pedal freio cargo	765,00	1.530,00
243	02	Und.	Válvula freio mão cargo	732,00	1.464,00
244	06	Und.	Válvula rele cargo	298,00	1.788,00
245	02	Und.	Reparo Válvula pedal cargo	125,00	250,00
246	04	Und.	Reparo Válvula rele	47,00	188,00
247	01	Und.	Retentor Distribuidor esterco seco ISOL	48,00	96,00
			Total		267.970,87

1.2 - Os produtos deverão ser de primeira linha de fabricação e serão avaliados no momento da entrega pelo fiscal do contrato, sendo que a administração recusará os produtos que não atendam as exigências mínimas de qualidade. Os serviços deverão ser executados em locais determinados pela administração municipal.

1.3 Os valores estipulados no objeto são considerados valores máximos, sendo que a empresa proponente que apresentar valor superior ao estipulado no objeto estará desclassificada.

1.4 As empresas deverão apresentar, obrigatoriamente e pormenorizado, relação dos valores unitários de cada item.

1.5 As peças e os serviços a serem prestados deverão ter garantia mínimo de 06 (seis) meses. No caso de fornecimento da peça e serviço por fornecedores distintos a garantia do serviço será por conta do fornecedor da peça no caso de defeito da mesma.

1.6 As peças substituídas deverão ser, obrigatoriamente, entregues ao Município, encaixotadas, quando da apresentação da Nota Fiscal, podendo o município não efetuar o pagamento da peça substituída, caso a mesma não seja apresentada.

1.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei nº. 8.666/93.

1.8 Entregar os óleos de acordo com as normas da ANP.

1.9 O órgão contratante se reserva no direito de exigir a qualquer tempo comprovação de qualidade dos óleos conforme as normas da agencia nacional de petróleo ANP.

1.9.1 Os óleos ou graxas deverão ser de primeira qualidade, para primeiro uso e não poderão ser de segunda linha de qualidade, reciclado ou manufaturado.

1.9.2 Os óleos devem possuir certificado de gestão ISO 9001 (qualidade) e isso 14001 (ambiental), que deverá constar no envelope nº 01(Proposta).

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão às pessoas físicas e jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital.

2.2 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

2.3 - Licitante declarado INIDÔNEO para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da administração direta ou indireta no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no parágrafo único do Art. 97 da Lei 8.666/93.

2.4 - Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio e a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.

2.5 - A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretroatável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições.

2.6 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas um preço para o objeto desta licitação.

2.7 - Poderão participar deste Pregão às pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital.

2.8 - A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1 Dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

3.1.1 Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de habilitação” deverão estar devidamente fechados e entregues ao **Pregoeiro**, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço data e horários especificados abaixo:

LOCAL: Rua São Luiz 210- Centro – CEP 89879-000 - Setor de Licitações – São Miguel da Boa Vista/SC.

DATA: 10/08/2017.

HORÁRIO: 08:15hs.

3.1.2 Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

3.1.3 Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo (“Proposta de Comercial” ou “Documentos de Habilitação”), no envelope contendo a Proposta deverá conter o número do item a ser cotado pela empresa, na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE Nº. 001 (PROPOSTA COMERCIAL)
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2017.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – Registro de Preço.

LICITANTE:

CNPJ/CPF:

ABERTURA: 10/08/2017. HORA: 09:00h.

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº. 002 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2017.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – Registro de Preço.

LICITANTE:

CNPJ/CPF:

ABERTURA: 10/08/2017. HORA: 09:00 hs.

3.2 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados: a) ou no original; b) ou por cópia com autenticação procedida por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC; c) ou pela juntada da(s) folha(s) de órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s).

3.3 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

3.4 Os documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, à vista do original.

3.5 O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os bens, objeto da presente licitação.

3.6 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

3.7 Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no item 3.1.1 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.8 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades, supostamente, existentes no Edital, até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

3.9 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

3.10 Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data par a realização do certame.

4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº. 001)

4.1 O envelope “Proposta de Preços” deverá conter a proposta de preços do licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I - A proposta deverá estar comprovadamente subscrita pelo representante legal da empresa, e deverá ser apresentada sob o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo emitida **em formato digital e fornecida através de “disco rígido”, “CDs” de todos os itens cotados compatível com o programa utilizado pelo setor de compras, (Sistema Betha AutoCotação), versão mínima 2.023, sendo acompanhada por uma via impressa, assinada e carimbada em seu final pelo representante legal, e rubricada nas demais folhas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e acondicionadas em envelope opaco e lacrado de forma a não permitir sua violação.** O programa Betha AutoCotação está disponível para download no site oficial do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, no link eletrônico <http://www.saomiguelaboavista.sc.gov.br> e o **arquivo encontra-se disponível para download, juntamente com o edital e minuta, na página de licitações.**

II - Os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta;

III - Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;

IV - Conter marca e preço unitário por item, com, no máximo, 2 (duas) casas após a virgula;

4.2 Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.3 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

4.4 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

4.5 A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

4.6 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

5 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 2)

5.1 O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter: ANEXO I.

5.2 As empresas enquadradas nos regimes de ME, e EPP, com alguma restrição nos documentos fiscais deverão apresentar junto do credenciamento a solicitação de abertura de prazo para regularização conforme lei pertinente, sob pena de inabilitação no caso da empresa não manifestar formalmente a abertura de prazo.

6 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1 Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame que pretendam ofertar lances, ou apenas acompanhar a licitação, com poderes gerais de representação, porém sem poderes para ofertar lances, deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto nº. 3.555/2000.

6.2 Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

6.3 Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

I – Cópia autenticada do Documento Oficial de Identidade com foto;

II - Procuração por instrumento público ou particular, nesta hipótese, com firma reconhecida como autêntica por tabelião e em ambos os casos acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), que comprove a capacidade de representação, inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, formular ofertas e lances de preços, se for o caso, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

III – Cópia autenticada dos Atos constitutivos da pessoa jurídica ou Estatuto, atos comprobatórios de eleição, declaração de firma individual, etc., conforme o caso.

IV – conforme Lei Complementar nº. 123 de 15/12/2006, as empresas enquadradas no estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno porte, devem apresentar documentos que comprovem o enquadramento destas, exemplo: certidão simplificada da junta comercial expedida há no máximo 120 dias. Caso a licitante não apresente tais documentos de comprovação do enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no ato do credenciamento (mesmo que estiver enquadrada), perdera automaticamente o direito de fazer uso das vantagens da Lei Complementar nº. 123 de 15/12/2006, quanto à regularidade fiscal e direito de preferência.

6.3.1 Os documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, à vista do original.

6.4 A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve.

6.5 O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

6.6 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

7 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, receberá, em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços e Habilitação, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes.

7.1.1 Não serão aceitas propostas e documentação por meio de entrega postal, por se tratar da modalidade de pregão presencial.

7.2 Após recebidos os documentos pelo Pregoeiro na forma do subitem 7.1 e dado início à abertura dos envelopes, não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.

7.3 Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as propostas de preço, sendo feita sua conferência e

rubrica, pelo pregoeiro.

7.4 Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 Divisões por etapas para ordenamento dos trabalhos

8.1.1 O julgamento da licitação será dividido em duas etapas (proposta de preços e habilitação), e obedecerá ao critério do Menor Preço por item:

I – a etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais das licitantes classificadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

II – a etapa de habilitação, declaração do licitante vencedor e adjudicação, que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope “Documentos de Habilitação” do licitante classificado em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital, esta etapa compreenderá também a declaração da licitante vencedora do certame e a adjudicação.

8.2 Etapa de **Classificação de Preços**.

8.2.1 Serão abertos os envelopes “Proposta de Preços” de todas as licitantes.

8.2.2 O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

8.2.3 O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.

8.2.4 O Pregoeiro classificará a licitante da proposta de menor preço e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.2.4.1 O valor máximo, em Reais (R\$), das propostas a serem admitidas para a etapa de lances verbais, conforme subitem 8.2.4, será o valor da proposta válida de menor preço.

8.2.5 Quando não houver, pelo menos, três propostas escritas de preços classificadas conforme o subitem 8.2.4, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.2.6 Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.2.7 O Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas a apresentar, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.

8.2.8 Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

I – neste momento o pregoeiro terá conhecimento das licitantes que apresentaram documentação no credenciamento e estão enquadradas no Regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e que apresentaram proposta final em até 05% (cinco por cento) superior a melhor proposta, terão o direito de preferência para ofertar uma proposta inferior à proposta melhor classificada. O Pregoeiro abrirá prazo para as referidas ME e EPP apresentarem proposta final.

8.2.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

8.2.10 Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.2.11 Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.2.12 Se a oferta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.2.13 Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

8.2.14 Nas situações previstas nos subitens 8.2.8, 8.2.11 e 8.3.4, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido preço melhor.

8.2.15 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.2.16 Será desclassificada a proposta que contiver preço ou entrega dos serviços condicionada a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.3 Etapa de **Habilitação**, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação.

8.3.1 Efetuados os procedimentos previstos, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.

8.3.2 Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitados; salvo as licitantes que apresentaram documentação no credenciamento e estão enquadradas no Regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, terão um prazo de 05 (dias) podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração Pública, para apresentar nova comprovação de regularidade fiscal exigida no edita.

8.3.3 Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo próprio Pregoeiro, na hipótese da inexistência de recursos, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese da existência de recursos.

8.3.4 Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada

vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame, pelo Pregoeiro.

8.3.5 Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

8.3.6 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

9. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

9.2 Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

9.3 Homologado o resultado pelo Município, e comunicado à proponente vencedora e aos demais licitantes que concordaram em assinar a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado, terão um prazo máximo de 02 (dois) dias para comparecer no Departamento de Compras desta Prefeitura para assinar a referida Ata.

9.3.1 Poderão ser registradas todas as empresas que manifestarem interesse em assinar a Ata com mesmo preço e mesmas condições do primeiro colocado, observando-se o seguinte:

- a) Os fornecedores ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
- b) Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes na Ata.

9.3.2 Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem decrescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

9.4 A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste edital e seus anexos.

9.4.1 Nas hipóteses de recusa do(s) adjudicatário(s) em firmar a Ata de Registro de Preços, a autoridade competente poderá convocar os demais licitantes para assinarem a Ata, observada a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação referidos no presente Edital, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei nº. 10.520/2002.

9.5 No caso do licitante vencedor não apresentar situação regular no ato das solicitações, sem prejuízo das sanções cabíveis, serão convocados os licitantes remanescentes na seguinte ordem:

- a) As empresas que, na sessão do Pregão, assinaram a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado;
- b) Na ausência, impossibilidade ou recusa das empresas nas condições da alínea anterior, as que vierem a assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocadas.

9.6 A critério do Município, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para atender a demanda estimada, e desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, e, ainda, que esteja devidamente justificada e comprovada à vantagem, e, também, que as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO:

10.1 A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.2 Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, integrando este Edital.

10.3 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses.

10.4 O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais/serviços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

10.4.1 O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.4.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

10.4.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

10.4.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei nº. 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

10.5 A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da lei nº. 8.666/93.

10.6 As secretarias usuárias da Ata de Registro de Preços não emitirão qualquer Ordem de serviço/Nota de Empenho, sem certificação prévia de existência do respectivo crédito orçamentário e autorização da secretaria administrativa.

10.7 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador e autorização do Município, desde que com anuência do fornecedor e que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

10.8 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

11 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Ao final da sessão, após declarado o licitante vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias corridos, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

11.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da Sessão do Pregão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

11.3 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua São Luiz – N° 210 - Centro – São Miguel da Boa Vista/SC.

11.5 - Improvidos os recursos, o Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

11.6 - Não será reconhecido a juntada de memoriais e documentos para recurso em desarmonia ou diferentes da síntese das suas razões motivadas na ata da sessão pública.

11.7 - Não serão reconhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas juntada de documentos e às petições de contrarrazões intempestivamente apresentadas.

12 – DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será feito, pela Prefeitura, até dia 12 do mês subsequente a entrega do(s) objeto(s) solicitado(s), de forma fracionada, conforme o valor exato dos itens fornecidos, em moeda nacional, Mediante Depósito Bancário e apresentação da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, **observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação pelo departamento financeiro.**

12.2 - A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

12.3 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

12.4 - Quando da entrega do objeto licitado, o mesmo deve estar acompanhado do termo de garantia e dentro das características solicitadas, sob pena de devolução sem pagamento da respectiva nota fiscal correspondente.

13 - DOS ENCARGOS

13.1 - Incumbe a Administração Municipal:

I - Fiscalizar através do Secretário Municipal, **nos termos do Decreto Municipal nº. 31/2017**, ora nominado fiscal do contrato, a execução/entrega efetiva do objeto licitado, qualidade dos produtos, bem como atestar sobre as notas fiscais/faturas a efetiva entrega e a qualidade do objeto, fazendo cumprir todas as normas deste edital e aplicando as sanções cabíveis em caso de necessidade.

II - efetuar os pagamentos à Contratada através do departamento financeiro.

III - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

IV - O fiscal do contrato/ata reserva-se o direito de exigir amostra dos produtos ofertados pelos licitantes vencedores, a qualquer tempo após a homologação e antes da entrega, para aferir a qualidade dos produtos, podendo o mesmo recusar os itens que não atendam os padrões usuais de mercado ou a expectativa de qualidade e durabilidade exigida pelo Município, podendo ainda formar comissão de avaliação de qualidade e durabilidade posterior a entrega do produto, com monitoramento e relatório de resultados que servirá como base para reprovação futura do objeto entregue. A empresa que não apresentar a amostra quando solicitado dentro do prazo de 02 (dois) dias, perderá automaticamente o direito de entregar, sendo convocando os demais licitantes, sucessivamente, respeitando a ordem classificatória.

13.2 - Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

I - realizar a entrega do objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos conforme Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - disponibilizar, obrigatoriamente, um canal de contato com a administração municipal, contendo telefones, fax e e-mail, para envio e solicitações de produtos e serviços.

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes e demais custos que se fizerem necessários para a execução/entrega do bem;

VII - entregar, na garagem do S.M.E.R, ao fiscal do contrato, peças originais, de primeira linha de fabricação;

VIII - entregar os materiais de primeira qualidade, dentro das características usuais de mercado, atendendo as especificações e contendo selo autêntico do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO quando for o caso.

IX - entregar as peças em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas, após a solicitação, a qual se dará via fax e/ou e-mail.

X - substituir, sem custos adicionais, e em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, da comunicação, o(s) objeto(s)/peça(s) que será via fax ou e-mail.

XI - A Contratada se obriga a proceder à entrega do bem cotado, nos prazos previstos, nas condições

contratadas e sem custo para o Município, sob pena de incorrer nas sanções administrativas fixadas no Edital e na Ata.

14 - DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

14.1 - A execução/entrega do objeto desta será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato/ata de registro de preço.

14.2 - A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

14.3 - Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

14.4 - A entrega do objeto deste edital deverá ser feita na Secretaria Municipal de Estradas de Rodagem de São Miguel da Boa Vista/SC, e fiscalizada pelo Secretário, nos termos do Decreto Municipal nº. 031/2017.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

15.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais poderão ser sanadas pelo pregoeiro, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

15.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

15.4 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

15.5 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

15.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura de São Miguel da Boa Vista/SC, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.7 - O Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº. 8.666/93.

15.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.9 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Maravilha/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

15.10 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos locais e horários anteriormente estabelecidos.

15.11 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto que for adjudicado em consequência desta licitação.

15.12 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

15.13 - Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I – HABILITAÇÃO.

ANEXO II - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16 - DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

16.1 Este Pregão será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no site do Município.

16.2 Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Compras e Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, no setor de compras e licitações até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

São Miguel da Boa Vista/SC, 28/07/2017.

VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito Municipal

ANEXO I

Para o presente Processo Licitatório, serão necessários a apresentação dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser apresentados em original ou devidamente autenticados por Cartório ou por servidor público municipal.

Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com o FGTS.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa.
Regularidade	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
Regularidade	Certidão Negativa de Falência e Concordata.

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 49/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – Registro de Preço

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)

Pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço),

A quem confere(m) amplos poderes para junto a Administração Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, praticar atos necessários para representar a outorgante no processo licitatório nº 49/2017, na modalidade Pregão Presencial, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura

RECONHECER FIRMA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2017.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – Registro de Preço.

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa/pessoa física _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do Art. 87 da Lei nº. 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômica - financeira).

Atenciosamente,

_____, _____ de _____ de _____

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, no ato do CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2017.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – Registro de Preço.

DECLARAÇÃO

.....(RAZÃO SOCIAL).....

a) Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº. 49/2017, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina a Lei e este Edital.

b) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao que determina a Lei e este Edital.

...../..... de 2017.

(representante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, no ato do CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2017.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – Registro de Preço.

DECLARAÇÃO

.....RAZÃO SOCIAL.....
por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a)
.....REPRESENTANTE.....
infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF/MF nº
....., para os fins de participação no Pregão Presencial Nº 49/2017, e para
cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU de
18/07/2002, **DECLARA** expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital
do Pregão em epígrafe. **(No caso de empresas ME ou EPP com alguma restrição na documentação fiscal
à mesma deve obrigatoriamente expressa e mencionar a restrição neste documento, a fim de
posteriormente solicitar a abertura de prazo para regularização conforme a lei).**

...../...../..... de 2017.

(REPRESENTANTE)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, no ato do CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração e documentos, exigida no Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

ANEXO VI

**MODELO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

**Processo Nº.: /2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. /2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. __/2017

No dia __ do mês de _____ do ano de _____, compareceram, de um lado a(o) **MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, com sede administrativa localizada na Rua São Luiz, 210, bairro Centro, CEP nº. 89879-000, nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado pelo(a) **PREFEITO MUNICIPAL**, o Sr(a). **VILMAR SCHMAEDECKE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas **DETENTORAS DA ATA**, que firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** nº. __/____, Processo Licitatório nº. __/____, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) **A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para Aquisições de Peças, óleos lubrificantes e serviços de mão de Obra para bomba injetora, nas quantidades estimadas, para o período de 12 (doze) meses, conforme itens, quantidades e valores máximos expressos.** Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
---------------	------------------------	--------------

As empresas **DETENTORAS DA ATA** dos itens, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 105/2014 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
----------------	-----------------	------------------------------	------------

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de _____, nas quantidades estimadas para o período de 12 (doze) meses, conforme itens, quantidades e valores máximos expressos. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor:

Item	Especificação	Und	Marca	Quantidade	Preço unt	Preço total
-------------	----------------------	------------	--------------	-------------------	------------------	--------------------

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do caput e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento às disposições pertinentes da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, **nos termos do Decreto Municipal nº. 31/2017**, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. **Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital** e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. **entregar as peças na garagem do S.M.E.R do Município, em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas**, após a solicitação, a qual se dará via fax e/ou e-mail.

5.3.4.1. **Substituir os produtos recusados** pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, **no prazo máximo de 48 (quarenta e quatro) horas**, após a solicitação, a qual se dará via fax e/ou e-mail;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. **Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:**

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentado.

6.1.2. **Pela DETENTORA da ata quando**, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da Administração, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será, obrigatoriamente, na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens do Município.

7.5.2. O prazo, máximo, para entrega de peça(s) será de 72 (setenta e duas) horas e 48 (quarenta e oito) horas para substituição de peça(s), contados a partir da solicitação.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos a presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, **a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega**, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, até 12º (décimo segundo) dias do mês subsequente, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. **Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento e por não substituição da(s) peça(s) no prazo previsto:**

- a) multa de 2% (dois por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato/Ata, até o décimo quinto dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo quinto dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do contrato, após o 15º dia, pelo não cumprimento total do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da Administração, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

11.5. As cláusulas do Edital nº. 49/2017 são partes integrantes do presente Contrato/Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel da Boa Vista, ___ de _____ de _____.

PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

